



Presidência da República
Casa Civil
Secretaria de Administração
Diretoria de Gestão de Pessoas
Coordenação – Geral de Documentação e Informação
Coordenação de Biblioteca



PALÁCIO DO PLANALTO, BRASÍLIA, DF, 7 DE NOVEMBRO DE 2001

Senhor Vice-Presidente, Marco Maciel; Senhor Ministro da Cultura, Francisco Weffort; Senhores Ministros de Estado; Senhor Governador de Pernambuco; Senhores Parlamentares; Senhores Embaixadores; Senhor Vice-Governador de Goiás; nossos caros agraciados; Senhoras e Senhores,

Não são palavras, apenas. É com imenso prazer que volto a esta cerimônia de outorga da Ordem do Mérito Cultural.

Pelo sétimo ano consecutivo, o Governo Federal presta tributo a artistas, intelectuais, empresários e lideranças políticas que se fazem presentes na causa de promover o Brasil e sua cultura.

Desta vez, como foi dito, a homenagem também contempla instituições. E que instituições! É só ver a alegria de todos nós, ao homenagear, aqui, as nossas escolas de samba. É só ver o prazer estampado no rosto, não apenas daqueles que recebiam, mas de todos nós que assistíamos, com emoção, para se entender o que significa isso para nós brasileiros. E desta vez recaiu, como foi dito, nas escolas de samba que estão representadas aqui pela minha Mangueira, pela Portela, pelo Império Serrano e pela Vila Isabel, que cito sem ordem de prece-

dência, porque são todas merecedoras de igual estima dos cariocas e de todo o povo brasileiro.

Como disse o Ministro Francisco Weffort, a cerimônia deste ano tem como tema a matriz negra da cultura brasileira.

O tema é, ao mesmo tempo, um convite ao congraçamento, à festa, mas é também um convite à reflexão. A melhor reflexão já foi feita aqui. O Ministro Weffort conhece os caminhos da cultura brasileira como ninguém e fez uma exposição, como é habitual nessas cerimônias, realmente brilhante.

Costumo dizer que o Brasil traz consigo o paradoxo de ser um país, ao mesmo tempo, culturalmente integrador e socialmente injusto e até mesmo excludente. Queremos, com isso, ressaltar o desafio que essa questão traz a todos nós, Governo e sociedade.

O desafio é como estender a plasticidade que baseia nossa vida cultural à esfera das relações sociais, reduzindo distâncias, atenuando diferenças e fazendo do Brasil uma sociedade mais justa e mais solidária.

O Ministro Francisco Weffort acabou de nos lembrar que essa tarefa é mais complexa do que muitos presumem, a começar pelo fato de que muito precisa ser feito para que o próprio mundo da cultura seja efetivamente mais aberto e mais democrático. A plasticidade cultural não é uma panacéia.

É verdade que o Brasil, talvez, seja até mesmo singular como um espaço de intercâmbio cultural. Aqui, etnia alguma resiste ao fascínio da troca de valores e da troca de experiências, em um diálogo que é inesgotável, no qual só temos a ganhar, como povo e como civilização. Mas também é verdade que essa permuta civilizatória não se deu de uma maneira tal que todas as culturas envolvidas obtivessem um reconhecimento igual.

Sabemos do verdadeiro processo de expropriação cultural de que foi vítima a comunidade negra ao longo da história. Foi-lhe negada até mesmo a paternidade de muitos dos mitos, de muitas conquistas e de heróis que hoje povoam o imaginário do povo brasileiro.

Joel Rufino, já tantas vezes citado por Francisco Weffort, falou, com razão, de um “branqueamento” da memória nacional. Na imensa galeria de escritores, poetas, músicos, escultores e pintores de descendência africana que o Brasil produziu, muitos se viram maquilados por seus contemporâneos, que não os aceitaram como negros e, ao mesmo tempo, iluminados. O Ministro Francisco Weffort deu alguns exemplos, dentre os muitos que temos no nosso país.

Há muitos anos, em minha tese de doutoramento – o Ministro Francisco Weffort fez referência ao fato de eu ter trabalhado sobre este tema, e é verdade, mas não vou fazer nenhuma preleção sociológica, não tenho mais a possibilidade de fazê-lo –, quando escrevi minha tese de doutoramento, há muitos anos, há mais de 40 anos, denunciei a violência que era sistemática e deliberadamente praticada contra a cultura dos escravos pelo senhores brancos. Isso era visível. Mas o Brasil de hoje, apesar da manutenção de muitos desses traços – de falta de reconhecimento, de distanciamento –, já é um Brasil até mesmo melhor do que o de 40 anos ou 50 anos atrás.

Se me permitem, conto um pequeno episódio. Nos anos 50, fui uma vez ao Rio de Janeiro, a uma reunião no Itamaraty, no Salão dos Índios. Os que são diplomatas, aqui, conhecem de cor e salteado esse salão. É muito bonito, no Palácio do Itamaraty, no Rio de Janeiro. E eu estava fazendo meus estudos sobre relações raciais no Brasil. Foi uma reunião promovida pela Unesco, e, na hora, fui fazer minha exposição. Isso foi nos anos 50. Eu era, portanto, bastante jovem, não tinha nem 30 anos. Fui com todo o ardor e, quem sabe, alguma ingenuidade. A reunião era internacional. Expus o que eu tinha pesquisado. E disse que havia preconceito de raça no Brasil.

Bom, a pessoa que presidia a reunião, quando terminou, me chamou a um canto e disse: “Olha, por pouco eu não botei você para fora, porque você está denegrindo a imagem do Brasil.” Era assim. Hoje, nós reconhecemos a existência dessas diferenças. Nós reconhecemos que até a memória negra foi expatriada e sabemos que há muito por fazer. Se eu conto esse pequeno episódio pessoal é porque o Brasil mudou. Mudou para melhor porque, hoje, podemos procla-

mar, em alto e bom som, o orgulho que temos da cultura negra no Brasil.

E é preciso dizer que somente graças a um esforço obstinado de resistência é que os negros puderam continuar a se manifestar como negros, em campos como a música e a religião. Nomes como Manoel Bomfim, Mário de Andrade, Gilberto Freyre foram muito importantes para demarcar o papel do negro e também do mestiço na evolução da cultura brasileira. Isso para não falar do imenso, do tenaz trabalho de resgate da memória que tem sido desenvolvido, ao longo das últimas décadas, pelo movimento negro no Brasil.

Mas o fato é que ainda é inaceitavelmente amplo o número de brasileiros que não sabem o que o Ministro Weffort disse aqui há pouco, com toda naturalidade: Castro Alves, Machado de Assis e Carlos Gomes eram mestiços no sangue, e em tudo mais que eles criaram. Não se trata somente da mestiçagem no sangue, é na alma, que é o lado único dessa nossa cultura mestiça.

Daí a necessidade imensa que temos de reforçar a consciência nacional sobre os feitos dos negros e dos mestiços no Brasil. E daí a razão do meu empenho, como Presidente da República, para assegurar que a história brasileira seja ensinada nas escolas de uma maneira mais justa e mais isenta. Introduzimos o tema da diversidade cultural nos currículos escolares e providenciamos a revisão de todos os currículos e livros didáticos para afastar os estereótipos negativos. E não só contra negros. Contra índios, mulheres, enfim, fizemos uma revisão completa no material didático que era ensinado secularmente no Brasil para afastar esse tipo de estereótipo.

Como disse o Ministro Weffort, Zumbi deixou de ser um perturbador da ordem, um subversivo, para ser um herói nacional. Mandei escrever o nome do Zumbi no livro da Ordem Nacional do Mérito, para mostrar que ele, realmente, é um herói nacional, com H maiúsculo.

É essa linguagem que, agora, os nossos filhos, os nossos netos encontram nos manuais de história – uma linguagem sem preconceito que esclarece e, por isso mesmo, ao esclarecer, redime a cultura negra e a luta dos negros. Mas sabemos também que mudança alguma no

plano das mentalidades se sustenta sem que a realidade econômica e social responda a impulsos semelhantes na mesma direção. Para que avancemos no sentido de erradicar o preconceito racial no Brasil, é também indispensável que se promova a continuada elevação do bem-estar econômico e social da população negra.

Retomo um discurso que vem de longe, de muito longe. Ainda no início do século passado, Rui Barbosa já falava da necessidade de uma segunda emancipação que assegurasse a integração dos negros no processo produtivo. Se me permitem acrescentar uma outra nota pessoal, estudei basicamente a questão dos negros no Sul do Brasil. Estudei no Sul do Brasil porque é onde há menos negros, ou havia menos negros. Ainda há menos negros do que noutras áreas, mas não só por isso. O modo pelo qual o negro se integrava ao processo produtivo – e Rui Barbosa está pedindo uma segunda emancipação para assegurar a integração – foi, no Sul, diferente do resto do Brasil. Por uma razão simples: no Sul havia uma exploração de manufatura de charque. O charque – carne-seca – tratado de certa maneira era exportado, depois, para outras províncias do Brasil e até para as Antilhas e para Cuba, porque era comida para escravos. E era produzido no Rio Grande do Sul sob a condição de produção em série. Então, fiz um estudo para ver quais eram os limites da utilização do escravo como mão-de-obra em um regime que era capitalista e estava voltado para a exportação.

O fato é que – não vou entrar nos detalhes das diferenças desse modo de produção, o processo produtivo – o negro, por causa disso, no Sul, sobretudo em Pelotas, na cidade de Rio Grande, nas áreas onde havia produção de charque, era urbano. E como a produção não era contínua – a produção cessava, em certas épocas da entressafra do boi –, ele aprendia outras funções.

Então, quando houve a abolição da escravidão, os negros do Rio Grande do Sul tiveram mais condições de integração ao processo produtivo, porque tinham ofícios, eram urbanos. Isso permitiu uma certa ascensão social dos negros. Consegui descobrir na cidade de Rio Grande um jornal publicado pelos negros que se chamava *Flo-*

resta Aurora, que é nome, até hoje, de um clube de negros – era de negros – em Porto Alegre. E eu li esse jornal. É um material muito interessante porque, no século XIX, negros, escravos e não escravos, libertos já produziam um jornal.

Isso mostra a importância da preocupação de Rui Barbosa, como é óbvio. Quer dizer, depende da integração no modo produtivo. No Sul, foi possível uma ascensão mais rápida e foi possível ver a existência de negros nas escolas, depois negros professores, depois funcionários públicos, depois juízes, porque tinham uma inserção no processo produtivo mais fácil.

Sendo assim – é preciso lembrar também que o próprio Joaquim Nabuco disse que não bastava lutar contra a escravidão, era preciso lutar contra a obra da escravidão –, continuamos tendo que lutar, hoje, contra a obra da escravidão, contra uma sociedade que é excluente, cuja exclusão data da escravidão e data do momento em que isso se tornou mais forte quando os próprios negros, que eram massacrados mas tinham uma inserção no processo produtivo, com a Abolição, perderam essa inserção e foram para a primeira camada de pessoas sem ocupação, produzindo verdadeiras situações de anomia nas próprias famílias e na sociedade.

Daí por que também foi a mulher negra quem permitiu uma inserção mais rápida, porque os negros, fugidos da lavoura, vindo para a cidade, não tendo o que fazer, não tendo do que se ocupar, o sustento passou a ser, em grande parte, exercido graças ao trabalho da mulher negra, como doméstica, depois como costureira. E até o culto que existe da mãe negra, da mulher negra deriva do fato de que a figura fundamental da sociabilidade negra, da família negra passou a ser a mulher.

Mas vê-se também que essa obra da escravidão e até depois da escravidão, com a Abolição, já constituiu uma camada imensa de excluídos, de marginalizados da sociedade. Se não entendermos isso, se não percebermos que, até hoje, ao mesmo tempo desse movimento cultural de resgate da memória, da luta contra o preconceito, do reconhecimento da cultura negra, se nós, ao mesmo tempo, não continuarmos

lutando contra a exclusão, estaremos não terminando a obra que a escravidão nos legou aqui, que foi uma obra muito pesada.

Mas estamos, certamente, mudando. E mudando como? Pela mobilização da sociedade.

Aqui, quero ressaltar e enfatizar o papel do movimento negro para que isso também ocorra, para que essa destruição da obra que restou estratificada na nossa sociedade da escravidão possa ser, realmente, eliminada para as gerações futuras.

É claro que o primeiro passo para isso tinha que ser, como foi, a denúncia da ocorrência de racismo no Brasil. Se não houvesse, com contundência e com clareza, essa denúncia, não iríamos continuar, realmente, essa obra de demolição do que foram as instituições escravocratas. E daí se seguiu um amplo leque de políticas públicas dirigidas à comunidade negra.

O Ministro Weffort já disse que tivemos de inovar na área institucional para integrar o negro, crescentemente – e ainda não está integrado –, no processo de tomada de decisões. Daí a Fundação Palmares, que criamos, o grupo de trabalho interministerial para a valorização da população negra, o grupo de trabalho para a eliminação da discriminação do negro no emprego e na ocupação e, mais recentemente, o Conselho Nacional de Combate à Discriminação, que são instituições necessárias e importantes para que se possa continuar nessa tarefa de reconstrução de uma ordem democrática, de demolição do que restou das instituições escravocratas no Brasil.

Lembro que a decisão de criar esse Conselho Nacional surgiu no processo de preparação da participação brasileira na Conferência Mundial das Nações Unidas contra o Racismo, que foi realizada recentemente em Durban, na África do Sul, em setembro agora, deste ano. Lá, nós tivemos também uma participação bastante forte, bastante ativa de brasileiros negros e não negros, mas todos lutando para que exista uma atitude de alerta contra a revivescência eventual do racismo.

Também foi nesse mesmo espírito de compreender que é necessário avançar mais na direção da integração do negro que garantimos

a representação da comunidade negra no Conselho Nacional de Educação, que era uma velha reivindicação e é necessária para que possa haver um maior equilíbrio nessas matérias.

Tomamos uma série de outras medidas no aparelho de Estado, sempre na mesma direção. Uma delas foi dar maior acesso à terra. Nesse sentido, também fizemos vingar o direito constitucional dos remanescentes dos quilombos à propriedade definitiva de suas terras. Graças ao empenho da Fundação Palmares, foi possível reconhecer inúmeras comunidades quilombolas. Os títulos de propriedade já começaram a ser emitidos. Essa prática deve ser intensificada no decorrer dos próximos meses, com apoio dos governos estaduais.

Evidentemente, ao lado disso, temos que ter a preocupação com a formação de recursos humanos. Estamos tratando de motivar essa formação, sobretudo com o apoio do Programa Comunidade Solidária. Também é muito importante ressaltar aqui um estímulo à igualdade e às oportunidades de mercado, de trabalho, com a prioridade reservada à população negra, no plano nacional de qualificação do trabalhador, o Planfor. Isso é uma clara política de ação afirmativa. Sou favorável à política de ação afirmativa. É preciso que haja clareza numa política de ação afirmativa para levarmos isso adiante. Por isso, esse Conselho Nacional de Combate à Discriminação, que foi criado, tem o objetivo de propor políticas de ação afirmativa que restabeleçam uma maior igualdade.

Criamos também um programa sobre a anemia falciforme. Talvez muitos brancos, até hoje, nem tenham ouvido falar da anemia falciforme. Mas a comunidade negra sabe que esta é uma moléstia que prejudica enormemente a população negra. Precisamos ter programas especiais que prestem atenção a isso. Estamos, então, fazendo isso.

No fundo, isso tudo faz parte de um grande movimento, que é da formação da chamada “rede de proteção social”. Falo desta rede porque a população negra, normalmente, é a população que mais numerosamente está entre as camadas mais pobres. Já disse inúmeras vezes, mas repito: quem quiser saber onde é que está a área mais pobre do Brasil, vá ao Nordeste, vá ao interior do Nordeste, às comunidades

do semi-árido, vá procurar uma família negra em que o chefe de família seja mulher. Encontrará aí o nível mais baixo de pobreza.

Então, todos os programas dessa “rede de proteção social”, de alguma maneira, são também programas de resgate dos negros no Brasil. Criamos muitos. Hoje, embora seja embrionário, mas já funcionando, temos um programa de bolsa-alimentação para as crianças de zero a 6 anos e também para as gestantes. A partir de um nível de renda para baixo, todos estão qualificados para esse programa. De 7 a 16 anos, temos a bolsa-escola, para os que estão na escola e também têm família com nível de renda baixo. Já distribuímos 5 milhões de bolsas-escolas. Até o fim do ano, serão 11 milhões. Onze milhões significam, *grosso modo*, 30% das crianças que estão em escola no Brasil. Nós temos 35, 36 milhões de crianças nas escolas. Dessas, 11 milhões, as mais pobres, terão bolsa-escola.

Da mesma maneira, levamos adiante a questão dos idosos. Implementamos o que a Constituição mandava. Ninguém tinha implementado a Lei Orgânica de Assistência Social. Todos os idosos se qualificam, a partir de um certo nível de renda baixo, para receber uma porcentagem de dinheiro.

Bem, isso se faz, cada vez mais, de forma direta, ou seja, com um cartão magnético. Não existe a intermediação. Não é o vereador, não é o líder sindical, não é o padre, não é o prefeito, não é o Presidente, não é ninguém. É a mãe de família, principalmente, a mulher, se possível, porque tem mais capacidade de saber o que falta para os filhos, ou é o idoso, ou a idosa. Vão diretamente receber aquilo a que eles têm direito. Portanto, não é só uma questão de assistência, aliás, não é. É de respeito, é de cidadania. É dar condições, mínimas que sejam, para que exista essa “rede de proteção social”.

Quando, algumas vezes, fui candidato aqui no Brasil, sempre me referi a que tínhamos um Estado do mal-estar social. Falava-se muito de bem-estar social. O nosso Estado era um Estado de mal-estar social. Pois bem, estamos refundando esse Estado para que ele tenha pelo menos os primórdios de um Estado de melhor bem-estar para as populações mais pobres.

Posso lhes dizer que estamos redistribuindo, neste ano, mais de 20 bilhões de reais para as populações carentes. O Imposto de Renda das pessoas físicas, que ocupa tanto espaço nas televisões, recolhe 22 bilhões. Praticamente todo esse dinheiro é transferido dos menos pobres – porque nem todos são ricos, os que pagam Imposto de Renda –, dos ricos, dos menos pobres para os mais pobres.

Há, portanto, uma correspondência efetiva na noção de justiça social quando se faz um programa de proteção social com essa abrangência. Por mais que seja doído, porque dinheiro não se produz na máquina, se tira como imposto. Às vezes, é preciso corrigir os impostos e penalizar mais os que mais ganham para que nós possamos, efetivamente, fazer aquilo que todo mundo proclama, mas que é muito difícil fazer na prática, que é uma justiça efetiva, dando dignidade às pessoas.

Se falo dessas questões hoje é porque estou convencido de que, realmente, para que possamos ser capazes de levar adiante esse mesmo espírito com que hoje nós estamos aqui manifestando a nossa alegria pela tradição negra, pela cultura negra, pela contribuição do movimento negro, nós precisamos, no conjunto da sociedade, ter uma sensibilidade maior para mostrar que tudo isso não pode se resumir a palavras, senão que tem de se traduzir em práticas efetivas de maior igualdade.

Quero também agradecer o imenso esforço que tem sido feito pelo Ministério da Cultura, pelo Ministro Weffort. Já mencionei aqui a questão relativa à memória cultural. Estamos fortalecendo também os núcleos de estudos afro-brasileiros das universidades, estamos preservando os sítios sagrados, as religiões afro-brasileiras. Já tombamos, através do Patrimônio Histórico, as casas de culto Axé Afô Afonjá e a Casa Branca, ambas em Salvador. Isso me dá uma grande satisfação, porque, já foi dito, comecei a vida estudando a questão dos negros, trabalhei muito anos com dois eminentes professores que se ocupavam da questão negra – o Professor Florestan Fernandes e o Professor Roger Bastide. Impressionei-me muito quando fiz os meus estudos sobre as religiões negras, sobretudo o candomblé, as suas concepções, que são emblemáticas da maneira como, na verdade, os

brasileiros convivem aqui na imagem que temos de nós próprios e com o mundo. No candomblé, o mal e o bem coexistem. São irreconciliáveis, mas são eternos. O bem prospera em função da sua ascendência, mas nunca liquida, nunca aniquila o mal. E Exu, tampouco, faz sombra ao Olimpo. Isso é uma concepção muito interessante que existe na visão do candomblé.

No mundo, sempre haverá bem e mal, ao mesmo tempo. Isso, num momento em que há tantos maniqueístas no mundo, num momento em que as pessoas querem simplificar as coisas: o bem está de um lado, o mal está do outro, uns são formidáveis, outros são horríveis. O candomblé nos ensina que as coisas são um pouquinho mais complexas e que é preciso ter essa plasticidade para entender que, muitas vezes, convive o bem com o mal e é muito difícil separar o bem do mal. Temos que ter a ascendência do bem sobre o mal, e não ficar a expulsar a torto e a direito aqueles que achamos que são maus – e nos autoconsiderando como bons.

Isso é importante num momento em que nós estamos vendo tantas discussões sobre choques de civilizações. Com o mesmo ímpeto com que repudiamos o terrorismo, temos que nos preocupar com as causas da intolerância e da exclusão.

Nosso povo, nós todos sabemos, é parte do Ocidente judaico-cristão. Mas ele não se esgota nessa dimensão da nossa cultura.

Isso que nós vimos hoje, essa vitalidade da herança africana, mostra que nós brasileiros temos que ter sempre presente essa lição do candomblé, se me permitem. Quero lhes dizer que não dá para ser intolerante. É preciso ver que existem o bem e o mal. Mas o mal maior é pensar que cada um de nós tem o direito de dizer o que é bom e o que é mau. É preciso mais humildade.

Por tudo isso, é um dia de grande alegria. Quero terminar dizendo que tenho uma grande emoção de ser Presidente de um Brasil negro, de um Brasil mestiço, de um Brasil branco. Quero, portanto, terminar dizendo: Viva o Brasil de todos nós!